



# Podca\$t Economia\$ Mutante\$

**Podca\$t Economia\$ Mutante\$**  
**Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações**  
**Episódio #4: Serviços ecossistêmicos**  
**Roteiro: Ivis Lima**  
**Edição de roteiro: Irene do Planalto Chemin e Kelly Silva**

## ABERTURA

[Trilha sonora: música eletrônica com elementos sonoros que remetem a economia, como sons de feira e som de cupom fiscal. A música permanece ao longo de toda a fala de Kelly]

**Kelly:** Olá, bem vindos, bem vindas e bem vindes ao Economias Mutantes. Um podcast sobre transformações econômicas contemporâneas, pelas lentes da antropologia. Eu sou Kelly Silva, antropóloga e professora da Universidade de Brasília.

Como tudo na vida, a economia é um fenômeno em constante mutação. Suas transformações são consequências de fatos políticos, sociais, ambientais, tecnológicos, morais, de mudanças na infraestrutura, só para citar alguns exemplos. Assim, ao longo da nossa série de podcasts provocamos vocês a pensar como a economia é alterada por fatos que estão fora dela. Quem sabe essas estórias nos ajudem a imaginar outras possibilidades de economia, provocando mutações nos nossos próprios pensamentos?

No episódio de hoje, o Economias Mutantes nos convida a pensar como a economia vem se transformando diante da crise ambiental. Guiados por Ivis Lima, vamos refletir sobre o que tem sido chamado de serviços ecossistêmicos e pagamento por serviços ambientais: afinal, a natureza presta serviços? Quem paga por isso? E quem vende? Ao longo da nossa conversa, ele mostra como esses arranjos não são apenas instrumentos de mercado, mas também formas de reconhecer o trabalho histórico de comunidades que lidam com a natureza. O episódio nos provoca a refletir sobre os limites e as possibilidades de pensar a natureza e as pessoas em termos de serviços. O nosso episódio tem como base as pesquisas que vêm sendo realizadas pelo Ivis Chagas Lima entre 2023 e 2025.

#### **[Trilha sonora: Alex Figueira - Sofoco]**

**Ivis:** Essa é uma discussão que chama atenção pra própria forma que a gente concebe a produção de valor econômico na nossa sociedade. Você aí que tá escutando, já parou pra pensar que uma floresta pode ser vista como uma usina de serviços que sustentam nossa vida? e quem mantém ela em pé está prestando um importante serviço pra sociedade?

Embora essas questões pareçam relativamente simples, elas levantam uma série de debates que eu vou traçar ao longo do episódio.

#### **[Trilha sonora: Alex Figueira - Sofoco]**

#### **Bloco 1: Contexto histórico e definições**

**Ivis:** Esse debate sobre serviços ecossistêmicos se conecta a uma grande transformação na teoria econômica entre os séculos XIX e XX.

Na chamada economia política clássica, com autores como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, a natureza era vista como algo com *valor de uso*, porque ela satisfaz necessidades humanas materiais e mentais. Mas, no processo produtivo, era apropriada de forma gratuita, e só adquiria *valor de troca* depois de ser

transformada pelo trabalho humano e de receber um preço no mercado. Em outras palavras: o valor de troca nascia da produção, tendo o trabalho como referencial.

Com a virada para a economia neoclássica ou marginalista, representada por nomes como William Jevons, Carl Menger e Léon Walras, a lógica mudou. O valor de troca não estava mais no trabalho, mas na utilidade percebida por cada indivíduo. Assim, o valor de troca passou a ser definido pela *disposição individual a pagar* por alguma coisa, ou seja, pela relação entre consumo e utilidade subjetiva. Enquanto a economia política clássica entendia o valor como algo qualitativo, ligado ao trabalho, a neoclássica passou a tratá-lo como algo quantitativo, diretamente associado ao preço, naturalizando o dinheiro como representação do valor.

A escolha do dinheiro como medida de valor se apoiava na ideia de que ele é neutro, objetivo e impessoal, como se estivesse afastado das influências sociais e culturais. O grande poder do dinheiro, nessa visão, é ser um *equivalente geral*: algo capaz de trocar qualquer coisa por qualquer outra. Ele transforma a pergunta “o quê?” em “quanto?”. Em outras palavras, converte qualidades em quantidades.

A ideia de serviços ecossistêmicos surge baseada nessa discussão. 1997 foi o ano em que houve as publicações mais relevantes sobre esse tema. Depois de décadas de discussões sobre crise ambiental e desenvolvimento sustentável, um conjunto de autores estavam questionando a forma como a gente entende economia, sugerindo que as contribuições dos ecossistemas para economia poderia ser na escala de trilhões de dólares.

Isso foi sistematizado no início dos anos 2000 com uma iniciativa global chamada *Avaliação Ecossistêmica do Milênio*. Esse relatório trouxe definições importantes e consolidou o conceito de serviços ecossistêmicos. Ali, a natureza aparece não apenas como provedora de funções ecológicas para o nosso bem-estar, como regulação climática, absorção de carbono pelas florestas, polinização das abelhas, qualidade da água ou a espiritualidade ligada ao ambiente. A ideia central era que o desempenho dessas funções equivale à prestação de serviços. Com isso, ao atribuir um valor monetário a esses serviços, seria possível tomar decisões mais racionais sobre o uso dos recursos naturais.

A lógica é: se todos os termos da escolha forem comparáveis em dinheiro, a gente consegue calcular custos e benefícios e evitar decisões que comprometam a base da produção econômica. Mas, por trás disso, há uma suposição importante, a de que as pessoas são indivíduos extremamente calculistas, sempre prontos a maximizar seus benefícios monetários. Nesse raciocínio, só a internalização dos custos monetários da degradação ambiental poderia tornar a destruição da natureza menos vantajosa do que a sua conservação.

É importante deixar claro que os serviços não são a natureza em si. A ideia de ecossistema remonta à ideia de sistema, de coisas conectadas e *interdependentes*, mas a ideia de serviços remonta a coisas *independentes* que são negociadas entre indivíduos em um mercado. Por isso, o uso desse conceito é uma metáfora e sua operação social só pode existir por meio de grandes abstrações que transformam fluxos ecológicos em unidades mensuráveis não apenas por números, mas pelo dinheiro. Ou seja, existe uma enorme simplificação de uma realidade extremamente complexa. Uma floresta não é um conjunto de serviços particulares, e não tem como modo de uso da terra gerar só um serviço particular e mensurável.

E é justamente aí que começam alguns dos debates mais críticos sobre esse modelo, principalmente na sua principal forma de implementação, o chamado “Pagamento por Serviços Ambientais”, conhecido pela sigla PSA.

#### **[Trilha sonora: Alex Figueira - Sofoco]**

#### **Bloco 2: Serviços ecossistêmicos como nova configuração econômica**

**Ivis:** Bom, até aqui falamos de serviços ecossistêmicos, que são os benefícios providos diretamente pela natureza. Mas existe uma diferença importante: os *serviços ambientais*. Eles não vêm da natureza em si, e sim de atividades humanas voltadas à recuperação, manutenção ou melhoria do meio ambiente, justamente para que os serviços ecossistêmicos continuem existindo. É nesse ponto que surge o instrumento do *Pagamento por Serviços Ambientais*. Um dos pesquisadores mais influentes nessa área, o economista-ecológico Roldan Muradian, professor da

Universidade Federal Fluminense, define o PSA como um arranjo de transferência de recursos entre atores que alinha decisões de uso da terra com os interesses sociais ou privados de manejo dos recursos naturais.

Na teoria, o PSA deveria funcionar como um instrumento de mercado, em que o dinheiro, de forma neutra, serviria como incentivo para que as pessoas tomassem decisões mais ecológicas de uso da terra. Mas, na prática, Muradian chama a atenção para outra dimensão: esses arranjos nunca são apenas de mercado. Eles estão sempre enraizados em valores, percepções, moralidades e entendimentos sociais que extrapolam o mercado e a lógica monetária. Várias pesquisas antropológicas reforçam esse ponto. Muitas pessoas cuidam da natureza por razões que não têm nada a ver com dinheiro, como motivos culturais, espirituais, identitários ou mesmo comunitários. Essas outras motivações são cada vez mais instrumentalizadas em arranjos de governo para a proteção ambiental.

De certa forma, o PSA também aparece como um novo modo de incluir populações historicamente marginalizadas na sociedade de mercado. E sem fazer um juízo de valor prévio sobre a efetividade disso, pelo menos no nível do discurso os agricultores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas, que sempre desempenharam atividades de cuidado e manejo da natureza sem remuneração, passam a ser reconhecidos como *prestadores de serviços* e, nesse movimento, o PSA transforma práticas antes entendidas como modos de vida ou como responsabilidades coletivas em atividades equiparadas ao trabalho formal. Essa inclusão pode gerar muitos efeitos, e a mercantilização de práticas e coisas é um deles, mas também responde a demandas da própria sociedade de reconhecimento de algumas atividades sociais como econômicas ou importantes para a manutenção da economia mais geral.

**[Trilha sonora: Babadok,gongs.voices - Tutuala 01, gravador por Ros Dunlop]**

**Ivis:** Um caso emblemático é o *tara bandu*, em Timor-Leste, que se trata de um ritual que estabelece proibições de uso sobre determinados ecossistemas e prevê sanções sociais e espirituais para quem desrespeitar as regras.

### [Trilha sonora: Babadok,gongs.voices - Tutuala 01, gravador por Ros Dunlop]

**Ivis:** Ele tem sido utilizado para permitir a regeneração da fauna e dos recursos naturais. Por exemplo, se um rio estiver sofrendo com pesca excessiva, o *tara bandu* pode impor a suspensão dessa atividade, garantindo tempo para sua recuperação.

### [Trilha sonora: Babadok,gongs.voices - Tutuala 01, gravador por Ros Dunlop]

**Ivis:** Nessa prática, iniciativas governamentais se articulam com autoridades locais e espirituais, ou seja, combinam dimensões humanas e não-humanas. Alguns autores têm interpretado o *tara bandu* como uma forma de serviço ambiental. Nesse sentido, a geógrafa Lisa Palmer, professora da Universidade de Melbourne, mostra que, em Timor-Leste, o *tara bandu* também foi incorporado em iniciativas ligadas aos mercados de carbono.

Diferente da lógica da maximização monetária, da internalização de custos ou da racionalidade de mercado, aqui o que ganha força é o poder moral e espiritual do ritual. Ele é mobilizado, por exemplo, para imobilizar florestas de mogno — chamadas em tétum, língua local do Timor Leste, de *ai-mahoni* —, uma espécie localmente adaptada e com alto potencial de captura de carbono. Nesse processo, não são apenas contratos ou cálculos financeiros que importam, mas comunicações e negociações com ancestrais também fazem parte da forma como essas florestas são protegidas. Os antropólogos que pesquisam em Timor-Leste tem elaborado mais sobre isso. Eu estou aqui com o antropólogo Daniel Semião que vai falar um pouco mais sobre.

**Daniel:** Pois é, Ivis, esse tema do *tara bandu* é muito interessante, porque ele tem sido usado já há muito tempo em Timor Leste como uma forma de controle e organização social. Originalmente é um ritual da população nativa de Timor, com variações locais muito grandes. Timor é um país que tem mais de 25 idiomas, uma diversidade cultural enorme, mas é muito comum entre todos eles esse ritual que era e é ligado a uma crença nos ancestrais e nos espíritos da terra. Você precisa

regularmente fazer esse ritual em honra aos espíritos daquela terra e durante esse período algumas atividades ficam proibidas.

E essa vinculação e a força que vem dessa vinculação com a crença nos espíritos da terra e no poder dos ancestrais, foi percebida já no tempo do governo colonial português e que usava o *tara bandu* como um mecanismo para fazer valer proibições de outra ordem, não só ambiental, mas de regulação mesmo dos conflitos da vida social. E hoje o Estado Timorense faz isso também. Uma parte significativa é, como você bem tá apontando aqui, voltada à preservação ambiental, mas os municípios de Timor tem *tara bandus* bastante elaborados com proibições que vão desde brigas, violência doméstica e comportamentos e condutas que se consideram foram inaceitáveis, elas são especificadas e depois ritualmente oficializada a sua proibição. E a ideia é que com essa proibição ritualizada, as pessoas vão cumprir mais o que tá ali proibido.

**[Trilha sonora: Babadok,gongs.voices - Tutuala 01, gravador por Ros Dunlop]**

**Ivis:** O caso do *tara bandu* é emblemático porque mostra um ritual dialogando diretamente com uma das engrenagens mais globais e abstratas da atualidade: o mercado de carbono. Enquanto o mercado global vê o carbono como um ativo que pode ser negociado em bolsas, no *tara bandu* a proteção da floresta é garantida por compromissos coletivos e até por negociações com ancestrais.

Esse contraste é importante porque mostra que a ideia de serviço ecossistêmico não é homogênea. Ela pode ser apropriada e ressignificada em diferentes contextos. Ao mesmo tempo em que temos a racionalidade mercantil buscando uniformizar métricas, temos práticas locais que introduzem outras lógicas no processo de conservar e valorizar a natureza.

Quando se fala de PSA, se tem vantagens como reconhecer o valor da natureza e gerar incentivos concretos para a conservação. Mas o risco também é evidente: reduzir a natureza apenas a números e mercados, deixando de lado outras formas de valor que não cabem na lógica monetária.

### **Bloco 3: Reflexão crítica e fechamento**

**[Trilha sonora: Alex Figueira - Sofoco. A música permanece ao longo da fala de Ivis]**

**Ivis:** O que esse debate nos mostra é que estamos diante de uma tentativa de reorganizar a economia para lidar com a crise ambiental. Mas, ao mesmo tempo, fica a pergunta: será que essa é uma verdadeira nova configuração econômica ou apenas mais uma adaptação do mercado para seguir funcionando? até que ponto o PSA representa um reconhecimento justo do valor da natureza e do trabalho das pessoas, e até que ponto ele corre o risco de transformar relações de cuidado em simples números de mercado?

Pensar em serviços ecossistêmicos e em pagamentos por serviços ambientais é, sem dúvida, uma inovação. Mas não é apenas uma questão técnica de cálculo e gestão. É também uma questão política, ética e até mesmo religiosa que envolve disputas de valores, interesses e formas de viver. E eu deixo essa reflexão final: até que ponto o valor da natureza cabe em números? e até onde o dinheiro é o melhor incentivo para a conservação ambiental?

**[Trilha sonora: Alex Figueira - Sofoco]**

### **FECHAMENTO**

**[Trilha sonora: música eletrônica com elementos sonoros que remetem a economia, como sons de feira e som de cupom fiscal. A música permanece ao longo de toda a fala de Kelly]**

**Kelly:** Você acabou de ouvir o Podcast Economia\$ Mutante\$, uma produção do Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações, vinculado ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. O episódio de hoje “Novas configurações econômicas e Serviços Ecossistêmicos” é produto das pesquisas realizadas por Ivis Fabiano Chagas Lima, sob orientação de Gustavo Lins Ribeiro. A pesquisa é fruto de fomento do Fundo de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal

(FAP-DF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); e Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Se quiser saber mais sobre os trabalhos do LEEG, acesse o nosso site: [www.leeg.dan.bsb.br](http://www.leeg.dan.bsb.br). Ou ainda, nosso perfil no Instagram: @leeg.unb. Na descrição desse episódio, no site do LEEG, você encontra sua transcrição completa e materiais referentes ao tema. A apresentação e roteiro do episódio foram elaborados por Ivis Fabiano Chagas Lima, sob orientação de Kelly Silva e Irene do Planalto Chemin; a edição de roteiro, edição de áudio, sonoplastia e finalização é de Irene do Planalto Chemin; a música tema do nosso podcast é de Fábio Popinigis; a narração foi gravada no estúdio da Subsecretaria de Formação Continuada (EAPE), da Secretaria de Educação do Distrito Federal, a quem agradecemos muito pelo apoio; a identidade visual do nosso podcast é de Rafael Carón; a comunicação e divulgação do nosso podcast tá sob responsabilidade de Irene do Planalto Chemin; a coordenação geral do podcast Economias Mutantes é de Kelly Silva. Até a próxima.